Infohabitar, Ano XVII, n.º 779

Opções de compartimentação na habitação – infohabitar # 779

António Baptista Coelho

(texto e desenho)

#### *Artigo integrado na série editorial da Infohabitar “Habitar e viver melhor”*

#### Resumo

#### *Neste artigo, dedicado a uma reflexão sobre as opções de compartimentação na habitação, inicia-se o desenvolvimento da temática com a indicação do que se considera ser a urgência da abordagem do tema e numa perspetiva ampla e integradora.*

#### *Avança-se, em seguida, para a exploração de diversos caminhos de consideração das opções domésticas de compartimentação, primeiro de uma forma mais ampla e de certo modo “tipológica” e, depois, apontando-se alguns caminhos, considerados (mais) práticos da compartimentação doméstica. Depois a compartimentação doméstica é um pouco discutida tendo-se em conta a dimensão e a idade das famílias*

#### *Finalmente e a modos de comentário final associa-se esta pequena reflexão sobre a compartimentação doméstica à, sempre presente, importância da qualidade arquitectónica dos respetivos projetos.*

1. Sobre a ampla e urgente temática da compartimentação doméstica

As questões associadas à compartimentação doméstica constituem-se, por um lado, provavelmente nas temáticas mais debatidas e comuns da qualidade do habitar, bem presentes na sempre presente referência ao n.º de assoalhadas de uma dada habitação – número de compartimentos de uma habitação, excluindo arrumos, despensas, casas de banho e cozinha (“a casa que visitei tinha 4 assoalhadas”); referência estaque tem vindo a ser substituída pela, sempre mais hermética, referencia ao número de quartos, concretizada, por exemplo, na designação “ T2 ou T3”, referida a habitações, respetivamente, com 2 ou 3 quartos – estes mesmos habitualmente referidos a “quartos de dormir” – uma designação que ela própria nos leva longe.

Há variadas formas de abordar a temática da compartimentação doméstica sendo que, e primeiro lugar, importa salientar que é mais do que tempo de questionar as “bases mesmo” de uma tal compartimentação, pois, tantas vezes, nos sentimos melhor e servem-nos melhor espaços e subespaços domésticos que não têm lugar em tais categorias de análise/definição – por exemplo, aquele pequeno recanto de uma grande cozinha onde tanto se lê o jornal e mesmo um livro, como se vai convivendo, aquela posição da mesa de jantar que a torna extremamente mais agradável e multifuncional do que tantas outras posições, talvez mais formais e desligadas da envolvente.

Talvez mais do que numa compartimentação a habitação viva e deva viver numa natural, mas compassada, continuidade de espaços e subespaços volumétrica e ambientalmente qualificados, onde, em cada um deles, possam acontecer/”suceder” um razoável leque de atividades, ações e comportamentos mais individuais ou mais de grupo.

E talvez mais do que numa rígida repartição/separação compartimentística, aliás, ainda mais rígida e globalmente monofuncional devido à “incontornável” hierarquização doméstica (das zonas mais sociais, mais íntimas e mesmo privadas), a habitação se possa, novamente, compor de espaços razoavelmente multifuncionais e com uma significativa capacidade estratégica e previamente bem definida (ausência de elementos estruturais e de instalações) para se poderem fundir (ex., dois espaços tornando-se um) e cindir (ex., um espaço tornando-se dois).

2. Opções domésticas de compartimentação

De certa forma, deixando-se o amplo caminho de reflexão e discussão, que acabou de ser seguido, um pouco em suspenso, proporcionando-se outras reflexões posteriores e mais aprofundadas, vamos, em seguida, procurar aplicar um pouco estas ideias em termos de propostas práticas de organização doméstica.

Neste sentido, trata-se, em seguida, da possibilidade de juntar e dividir compartimentos e espaços, da escolha entre ter mais compartimentos mais pequenos ou menos compartimentos maiores e, finalmente, da separação entre zonas mais sociais ou mais íntimas.

2.1. Possibilidade de juntar e dividir compartimentos e espaços

A possibilidade de juntar e dividir compartimentos e espaços, desde que feita com um mínimo de despesas, permite uma forte adaptação da casa ao crescimento da família (mais quartos para os filhos) e, mais tarde, a criação de amplas zonas de estar, de trabalho e lazer em casa (quando os filhos deixam o fogo).

Uma tal possibilidade pode estar já parcialmente concretizada, por exemplo, através dos compartimentos maiores com “golas”, que proporcionavam usos globais, minimamente destacados (ex., zona de estar e zona de refeições formais) ou assumidamente destacados, por exemplo, através do fecho da zona da “gola” por estante ou mesmo por tabique. E não será pode acaso que tais soluções caíram, de certa forma em desuso, pois definiam uma tipologia doméstica um pouco ambígua e comercialmente menos atraente (ex., T3/4 em vez de T4); uma situação que, tal como outras, põe em destaque a necessidade de se dinamizar uma cultura de qualificação doméstica muito menos “quantitativa” e mais associada a um amplo leque de qualidades arquitectónicas residenciais – qualidades estas hoje em dia apenas “praticadas”, e muitas vezes parcialmente, na habitação destinada aos grupos sociais mais favorecidos.

2.2. Maior número de compartimentos, embora mais pequenos

A existência de um maior número de compartimentos, embora mais pequenos, é fundamental para que os jovens tenham o seu espaço privativo (formação da personalidade e repositório do mundo pessoal de cada um).

Cabe talvez aqui uma referência específica a muitas das soluções domésticas aplicadas no excelente Bairro de Alvalade em Lisboa e designadamente nas suas “células” ditas sociais, onde, mercê de um aturado estudo funcional e de movimentações domésticas, se viabilizaram conteúdos espaciais e funcionais marcados, frequentemente, por esse privilegiar de um maior número de compartimentos embora não espacialmente folgados; numa condição que provavelmente também decorrente desse excelente estudo inicial proporcionou, para além desse serviço “de primeira geração” de habitantes muito favorecedor da individualidade e do desenvolvimento dos variados mundos pessoais, ocupações e apropriações posteriores muito interessantes e adequadas à evolução das famílias (ex., pequena cozinha que se prolonga por quarto contíguo, criando-se uma pequena sala de família; quarto junto da entrada que se transforma em escritório, etc.).

E daqui se retira também, novamente, a importância de um verdadeiro estudo básico espacial e funcional, estudo este que se aplica a todas as categorias de espaciosidade doméstica, mas que, evidentemente, é muito crítico quando estamos a “jogar” com áreas reduzidas e dimensões arriscadamente perto dos mínimos; estudo este que, evidentemente, não se tem de repetir em cada exercício prático, mas que deve sempre obrigar a uma cuidada e bem baseada reflexão e, designadamente, a comparações e consultas de projetos e casos de referência.

2.3. Menor número de compartimentos, mais espaçosos

A opção por espaços mais generosos, um pouco em detrimento da individualização dos espaços, embora possa ser justificada, quando há um modo de vida familiar marcadamente “comunitário” e desinibido ou pouco formal, tem quase sempre contrapartidas negativas na necessária privacidade de cada um, que é uma necessidade complementar à formação e ao equilíbrio da personalidade.

Afinal há que deixar a cada um, sempre que seja possível, a possibilidade de uma construção gradual do seu respetivo e “próprio” pequeno mundo doméstico, sendo para tal necessário, pelo menos, um espaço mínimo, adequadamente organizado e expressivamente apropriável; desta forma e talvez só desta forma sejam de aceitar as referidas opções domésticas muito unificadas e de grupo, pois cada um terá sempre o seu “recanto”, o seu pequeno espaço de remanso/retiro e de algum estratégico e relativo isolamento.

Ainda nesta perspetiva de desenvolvimento de menos compartimentos mas mais espaçosos, importa considerar que estes deverão proporcionar, mais do que a sua ocupação espacial e funcional por “microespaços” com variadas multifuncionalidades, que tais microespaços possam ser extensa e intensamente apropriados; afinal, a quantidade de espaço, tomada essencialmente como isso mesmo, “quantidade”, nunca será sinónimo de qualidade doméstica e não podemos esquecer que há, até, grandes salas miseravelmente ocupáveis em termos de uma adequada multifuncionalidade.

[](https://www.blogger.com/blog/post/edit/10780432/5740521798625985432)

Fig. 1: Considerando-se o desenvolvimento de menos compartimentos mas mais espaçosos, importa ter em conta que estes deverão proporcionar, mais do que a sua ocupação espacial e funcional por “microespaços” com variadas multifuncionalidades, que tais microespaços possam ser extensa e intensamente apropriados.

3. Alguns caminhos (mais) práticos da compartimentação doméstica

Sala ampla ou subdividida em dois espaços

A questão da escolha entre mais compartimentos mais pequenos ou menos compartimentos maiores e a da separação entre a sala e a zona de quartos (zona íntima) encontra um "terreno" propício, embora mais pormenorizado, na opção entre uma sala ampla e uma outra parcialmente subdividida em dois espaços; sendo um deles estrategicamente mais relacionado com a zona de quartos, enquanto o outro se abre, preferencialmente, para a entrada do fogo e se conjuga, mais ou menos diretamente, com a cozinha.

Uma sala constituída por uma única zona ampla e regular (sem grandes recantos) constitui um espaço muito diferente de uma outra sala organizada em duas zonas mutuamente articuladas e diversa e estrategicamente ligadas aos restantes espaços do fogo; esta diferença é fundamental, devendo ser muito cuidadosamente ponderada, quando se dispõe de áreas controladas a atribuir aos diversos espaços domésticos (Exº, habitação social ou de "custos controlados").

Parece ser natural, no caso de áreas relativamente restritas, a primeira opção, por uma sala regular e num único espaço; no entanto, quando a solução em dois espaços se integra perfeitamente na organização do fogo, através da criação de zonas multifuncionais, que não provoquem problemas de privacidade, esta solução é mais rica e caracterizadora do espaço doméstico (exº, zona de entrada no fogo bem articulada, ou integrada, com uma zona da sala muito adequada para as refeições formais e com a circulação que leva à zona de quartos, proporcionando-se uma segunda zona da sala mais recatada e ainda ampla).

Cozinha ampla ou subdividida em dois espaços

Estas questões da compartimentação e de, podemos chamar “para-compartimentação”, aplicam-se, também, de forma interessante na zona de cozinha, produzindo-se duas “situações-limite”, ambas marcadas por uma expressiva capacidade de convívio doméstico, mas muito distintas, designadamente, em termos de caracterização ambiental.

Uma das situações corresponde a uma grande e espaçosa cozinha, que até pode ser ambiental e funcionalmente “tradicional” ou marcada por novos ambientes e tecnologias, mas sempre uma solução em que este compartimento é marcado pela imagem e presença do ambiente cozinha, suas funções e referências.

A outra situação liga-se a uma zona doméstica em dois espaços articulados mas razoavelmente distintos na sua caraterização ambiental, sendo um deles mais de cozinha e outro mais de estar informal e familiar, podendo existir uma zona de refeições correntes na transição entre estes dois espaços.

Um corredor que além de compartimentar é um compartimento

Ainda nestas questões da compartimentação um dos aspetos que pode marcar, fortemente, a organização doméstica é a possibilidade de a zona de corredor poder constituir-se não apenas como elemento doméstico que apoia a compartimentação da habitação, mas também ela própria, praticamente como compartimento, eventualmente alongado, mas com funções específicas para além das de acessibilidade e separação.

E assim poderemos ter desde corredores que funcionam como pequenas galerias de arte, onde se penduram, por exemplo, gravuras e outros elementos artísticos, a corredores que funcionam como zonas de serviço a longos armários embutidos, até zonas de corredor largas e onde é possível desenvolver atividades de lazer e/ou de trabalho doméstico ou não doméstico (funcionando um pouco como uma saleta alongada e eventualmente informal).

Notas sobre a importância dos microespaços para a compartimentação doméstica

Remata-se esta reflexão com uma referência à importância que têm para a multifuncionalidade da habitação, na sua globalidade, e para a multifuncionalidade dos diversos compartimentos domésticos que existam estrategicamente disseminados pelo fogo, os microespaços apenas parcialmente compartimentados e/ou, mais frequentemente, apenas com uma sugestão de separação/para-compartimentação onde seja possível desmultiplicar as diversas necessidades e os diversos gostos funcionais dos diversos membros da família; e não podemos deixar apenas para o mobiliário esta função, até porque, frequentemente, é bastante reduzida a capacidade dos habitantes para obterem mobiliário de qualidade e para o integrarem e associarem com verdadeira qualidade doméstica – matéria esta à qual iremos voltar em próximos textos.

4. Compartimentação e dimensão das famílias

Naturalmente, as famílias pequenas terão preferência por menos compartimentos e mais espaçosos, mas há que acautelar as necessidades em espaços próprios para atividades muito exigentes em sossego e relativa independência, como é o caso das atividades profissionais feitas em casa (algumas recebendo clientes que são estranhos ao lar) e das atividades de lazer doméstico e de passatempos, nomeadamente aquelas que exigem espaços e equipamentos especiais (revestimentos laváveis, bancas de trabalho, etc.).

Essas atividades ficarão melhor situadas em quartos mais relacionados com a zona da sala de estar e fora da tradicional, e sempre desejável, zona de quartos ou zona íntima da casa; esta deve existir, mas nem todos os quartos devem estar nela incluídos (um dos quartos pode ter relação com a sala, servindo para atividades menos domésticas ou para o alojamento de um filho mais velho ou de um parente).

5. Compartimentação e idade das famílias

E também, naturalmente, as famílias mais jovens tenderão a sentir-se melhor e mais “à-vontade” em soluções domésticas menos compartimentadas, mais flexíveis, informais e convertíveis, no tempo, por exemplo, simplesmente, através da mudança de colocação de elementos de mobiliário, eles próprios também tendencialmente marcados por aspetos de multifuncionalidade.

Enquanto as famílias menos jovens, e que foram, habitualmente, constituindo, ao longo do tempo, um crescente e significativo património de mobiliário e de elementos de decoração e apropriação, tenderão a apreciar mais soluções domésticas mais compartimentadas e talvez até com espaços mais ligados a funções específicas.

Mas chegando às famílias mais idosas, novamente reduzidas ao casal e, por vezes, a uma pessoa sozinha, fica em aberto, aqui neste texto, qual será ou quais serão as tendências a favorecer em termos da organização, compartimentação e funcionalidade e espacialidade domésticas.

Breves notas de remate sobre a importância da qualidade arquitectónica

Tal como noutros subtemas desta ampla matéria da qualificação do espaço doméstico, as questões da compartimentação versus desafogo e relativa unidade espacial levam-nos longe e obrigarão à continuidade destas reflexões, pois, afinal, para que o espaço doméstico – sempre dimensionalmente relativamente reduzido e limitado – possa cumprir o seu essencial papel de (pequeno) “mundo” e habitat bem apropriável de uma família e de um habitante, ele tem de se caraterizar por uma extensa riqueza qualitativa, marcada por múltiplos aspetos de técnica e de arte, uns mais objetivos e mensuráveis e outros que não o sendo, são bem da responsabilidade da boa Arquitectura.

Notas finais editoriais

Os temas abordados neste artigo foram inicialmente apontados, pelo autor, de forma ainda pouco desenvolvida, para o estudo “Guia do comprador de habitação”, editado pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor de Portugal em 1991.

O presente artigo corresponde a uma edição ampliada, modificada e revista do artigo que foi editado na Infohabitar, em 11/08/2014, com o n.º 495.

*Referências editoriais:*

*1.ª Edição: Infohabitar, Ano XVII, n.º 779, terça-feira, junho 15, 2021*

*Link para a 1.ª edição:* [*http://infohabitar.blogspot.com/2021/06/opcoes-de-compartimentacao-na-habitacao.html*](http://infohabitar.blogspot.com/2021/06/opcoes-de-compartimentacao-na-habitacao.html)

*Etiquetas/palavras chave: habitação, funções da habitação, microespaços domésticos, ambientes domésticos, espaços domésticos, novas organizações domésticas, estruturar a habitação*

*Infohabitar*

*Editor: António Baptista Coelho*

*Arquitecto – Escola Superior de Belas Artes de Lisboa –, doutor em Arquitectura – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto –, Investigador Principal com Habilitação em Arquitectura e Urbanismo – Laboratório Nacional de Engenharia Civil.*

*[abc.infohabitar@gmail.com](mailto:abc.infohabitar@gmail.com),* [*abc@lnec.pt*](mailto:abc@lnec.pt)

*A Infohabitar é uma Revista do GHabitar Associação Portuguesa para a Promoção da Qualidade Habitacional Infohabitar – Associação atualmente com sede na Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica (FENACHE) e anteriormente com sede no Núcleo de Arquitectura e Urbanismo do LNEC.*

*Apoio à Edição: José Baptista Coelho - Lisboa, Encarnação - Olivais Norte.*